

IDEA

Instituto de Planejamento Econômico e Social

INPES

Instituto de Pesquisas

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

N^o 181

"ECONOMIA INFORMAL: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEITUA-
ÇÃO E MENSURAÇÃO."

Sonia Rocha

Dezembro de 1989

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

Nº 181

"ECONOMIA INFORMAL: ALGUMAS
CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEITUA-
ÇÃO E MENSURAÇÃO."

Sonia Rocha

Dezembro de 1989

Tiragem: 100 exemplares

Trabalho concluído em novembro de 1989

Instituto de Pesquisas do IPEA

Instituto de Planejamento Econômico e Social

Avenida Presidente Antonio Carlos, 51 - 13^o/17^o andares

Rio de Janeiro/RJ

20020

Este trabalho é de inteira e exclusiva responsabilidade de sua autora. As opiniões nele emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Secretaria de Planejamento e Coordenação da Presidência da República.

ECONOMIA INFORMAL: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEITUAÇÃO E MENSURAÇÃO

Sonia Rocha *

- I. INTRODUÇÃO
- II. AS DIFERENTES ABORDAGENS DE SETOR INFORMAL
- III. CONCEITO DE INFORMAL SOB A ÓTICA "ESTATÍSTICA" (OU DE CONTABILIDADE NACIONAL)
- IV. SETOR INFORMAL E CONTAS NACIONAIS - ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O CASO BRASILEIRO
- V. REQUISITOS ESTATÍSTICOS PARA ESTIMAÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL
- VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

* Do IBGE cedida ao INPES/IPEA.

SINOPSE

Tendo como ponto de partida as diferentes abordagens do que seja setor informal, estabeleceu-se uma definição compatível com o quadro de referência da contabilidade nacional, ao qual se reportam muitas das discussões ao exprimirem tamanho do setor como percentual do PIB. Em função deste quadro de referência, analisaram-se tanto as especificidades de mensuração e o significado do setor informal nas contas nacionais, quanto as dificuldades metodológicas relacionadas à estrutura e às características da base de dados disponível.

I. INTRODUÇÃO

As recentes discussões em torno da economia informal no Brasil têm sido prejudicadas pela falta de esclarecimentos sobre o que está sendo tratado exatamente. Na verdade, parte substancial dos desacertos decorre de enfoques divergentes quanto ao trato do tema. Do ponto de vista fiscal, por exemplo, o aspecto relevante da economia informal reside no que ela representaria em termos de acréscimo potencial de receitas. Apesar das dificuldades orçamentárias, as autoridades não têm adotado, paradoxalmente, uma postura ortodoxa em relação ao "enquadramento" das atividades informais, uma vez que estas representam uma válvula de escape para as pressões sociais. Desta forma, quando as administrações incentivam diretamente as atividades informais, assim o fazem com base num enfoque de redução da pobreza e integração social, em detrimento da atuação coerente com a ótica fiscal.

Argumentos de que a economia informal é dimensionalmente relevante, crescentemente invasiva e intrinsecamente saudável, servem como base a toda uma gama de posturas liberalistas, antiburocráticas e antiestatizantes. As difíceis questões de delimitação do objeto e, especialmente, de mensuração, tendem a ocupar um papel secundário em relação ao debate, o qual é essencialmente político-ideológico.

A expressão da economia informal como percentual do PIB, que acaba sendo o argumento definitivo em muitas das discussões sobre o tema, é, no entanto, irrelevante para a maioria destas devido a incompatibilidades conceituais. Como o objetivo das contas nacionais é mensurar a atividade econômica da forma mais ampla possível, o crivo formal/informal - qualquer que seja a sua definição - não é utilizado como critério, não podendo, em conseqüência, ser facilmente recuperado como princípio classificatório.

O objetivo deste texto é trazer subsídios que permitam colocar em melhor perspectiva as questões relativas à definição e à mensuração da economia informal, com ênfase nas especificidades do seu tratamento nas contas nacionais, cujo quadro conceitual é freqüentemente utilizado de forma indevida nas polêmicas sobre a questão. Na Seção II é apresentada a dicotomia básica dos estudos sobre o setor informal, distinguindo, por um lado, os que seguem a linha inaugurada pela OIT, caracterizados essencialmente pela flexibilidade e heterogeneidade do conceito de economia ou setor informal, e, por outro lado, os que se pautam pelo quadro de referência das contas nacionais. Para esse

segundo grupo, buscou-se estabelecer o conceito relevante do setor informal, o que é feito na Seção III. Na Seção IV é discutida a questão de mensuração da economia informal no Brasil com base nas estimativas elaboradas no âmbito da contabilidade nacional, dando-se destaque às restrições metodológicas implícitas nos resultados obtidos para 1980. Finalmente, na Seção V examinam-se os limites do método de análise de discrepâncias em função da configuração atual do sistema estatístico brasileiro e dos possíveis aperfeiçoamentos que possam ser feitos visando melhorar a cobertura do setor informal.

Cabe observar que a opção pelo termo informal foi arbitrária, além de não se fazer nenhum esforço para defender a sua superioridade comparada à de outras possibilidades. Conceitualmente, porém, espera-se ter contribuído para esclarecer a relação entre informal e outros termos relevantes utilizados neste texto a partir das considerações feitas na Seção III.

II. AS DIFERENTES ABORDAGENS DE SETOR INFORMAL

Boa parte dos estudos que se referem ao chamado setor informal pertencem à linhagem inaugurada pela OIT, em estudo sobre o Quênia no início dos anos 70.¹ Tratava-se de reconhecer a importância de atividades econômicas que, apesar de representarem, de fato, parcela ponderável do produto e do emprego, mantinham-se e/ou eram mantidas institucionalmente à margem por suas características de funcionamento.

Os estudos desenvolvidos desta vertente não utilizaram um critério único de setor informal,² mas adotaram como crivo conceitual características da mão-de-obra, da atividade ou da "empresa",³ isolada ou conjuntamente. As principais características da mão-de-obra utilizadas como critério foram a forma de inserção no mercado de trabalho - principalmente trabalhadores por conta própria -, nível educacional, e renda. Quando se tratava de distinguir

¹OIT (1972).

²Takman (1987).

³Refere-se a unidades produtivas de qualquer tamanho, inclusive trabalhadores por conta própria.

atividades informais, consideravam-se aquelas em mercados competitivos com poucas necessidades de capital físico e humano, recorrendo, pois, à tecnologia simples e à mão-de-obra pouco qualificada. Sob a ótica de "empresas", tratou-se de distinguir um subconjunto adotando-se principalmente o critério de tamanho em termos do número de pessoas ocupadas. Foram realizados, assim, estudos que definiram como setor informal o conjunto de trabalhadores que percebiam rendimento inferior ao salário mínimo (estudo sobre o Equador, 1976), os setores de atividade com produtividade inferior a 50% da produtividade média (República Dominicana, 1975), ou ainda critérios combinados do trabalhador e da unidade produtiva (Peru, 1973), onde o setor informal era aquele composto por trabalhadores domésticos e por conta própria, além dos que trabalhassem em empresas com menos de cinco pessoas ocupadas.⁴

Objetivos diversos e características diferenciadas de cada local ou país estudado contribuíram para que não houvesse convergência quanto ao conceito de mercado informal ou economia informal. Esquemáticamente podem-se distinguir três abordagens adotadas nestes estudos:

a) mercado de trabalho - conceito de mercado informal apresentando vinculação com as teorias de segmentação de mercado de trabalho, onde "mercado primário" e "mercado secundário" (ou informal) se encontram imbricados, com inter-relações determinadas por relações de produção a nível geral. A ênfase é na problemática de emprego, absorção de mão-de-obra e determinantes da oferta e demanda de trabalho. As definições variam em torno de qual subconjunto de trabalhadores compõem o setor informal, utilizando-se critérios diversos baseados em características de indivíduo e das unidades produtivas. Pode ocorrer que de a delimitação seja feita por um critério único, como a de Hart (1973), que associa o setor informal ao conjunto de unidades produtivas integradas por um único trabalhador independente. Mais comumente, no entanto, são utilizados critérios múltiplos, como os de Merrick (1976) no estudo referente a Belo Horizonte, no qual os trabalhadores do setor informal foram definidos, por exclusão, como os que não contribuem para a previdência social, mas que não sejam profissionais liberais, empregadores em estabelecimentos de mais de cinco pessoas ou funcionários públicos;

⁴Para uma sistematização dos estudos sobre o setor informal realizados na América Latina dos anos 70, ver Raczynski (1977).

b) bem-estar social - abordagem que se articula às utilizadas nos estudos de pobreza, onde o setor informal é um segmento da população que se situa abaixo de um certo nível de bem-estar social, que pode ser definido de diversas formas. Em estudos na América Latina na década de 70 é freqüente a vinculação entre o setor informal e a marginalidade urbana, como em Villavicêncio (1976). Nos anos 80 é freqüente o argumento a favor do apoio ao setor informal no âmbito de política social, como forma de combater o agravamento da pobreza;⁵

c) estrutura produtiva - a ênfase é no potencial de crescimento das unidades produtivas que formam o setor definido como informal em função de características de tamanho, tecnologia e organização. Esta abordagem se articula com as preocupações da teoria do desenvolvimento, buscando mobilizar um setor economicamente marginal no esforço de integração produtiva, progresso tecnológico e aumento do produto. Foi nesse sentido que a OIT (1972), no estudo sobre o Quênia, advogou maior apoio do governo ao setor informal, tendo em vista seu potencial de geração de renda e de emprego.

Até meados dos anos 70, as questões relativas à economia ou ao setor informal se exprimiam através de uma dessas três abordagens, estando essencialmente vinculadas à problemática das economias subdesenvolvidas, especialmente daquelas onde o setor produtivo era pouco diversificado. A partir de então, em função das reações econômicas à crise mundial nos países desenvolvidos, houve interesse crescente nestes últimos em se investigarem as aparentes contradições entre desempenho econômico medido pelas estatísticas e o nível de vida da população. O exame da literatura sobre o assunto mostra, no final dos anos 70, uma clara mudança de ênfase na abordagem do informal, privilegiando os problemas de mensuração estatística num contexto macroeconômico.⁶

⁵ Uma das linhas de ação do Proyecto Urbano Marginal de Desarrollo Integrado de Buenos Aires é o "apoyo a la microempresa familiar y/o asociativa (...) para la generación de ingresos adicionales y de ocupación productiva" (Instituto Nacional de Estadística y Censos, 1988). No Brasil, a Secretaria de Justiça, Trabalho e Ação Social do Paraná, com recursos da LBA, vem implementando o Programa de Micro Unidades Produtivas, que financia grupo de até três pessoas que queiram iniciar atividades informais "de fundo de quintal". A mesma ênfase nas políticas de apoio ao setor informal urbano se manifesta em publicação recente da OIT (OIT/PREALC, 1985).

⁶ Vito Tanzi (1982) reúne um conjunto de artigos que refletem bem esta mudança de enfoque. Também OECD (1982).

A questão da mensuração, isto é, a obtenção de subsídios sobre tamanho e estrutura das atividades informais é primordial em relação ao objetivo de avaliar a margem de erro implícita em informações estatísticas devido à não-cobertura de certos tipos de atividades. Assim, pode-se considerar que estatísticas de produção industrial não refletem adequadamente o nível de atividade do setor secundário porque haveria omissão do impacto produtivo de muitas pequenas "firmas", assim como subdeclaração da contribuição de grandes empresas regularmente constituídas e registradas. As estatísticas de emprego, especialmente, as que têm como fonte as empresas, podem não refletir de forma adequada a taxa de ocupação da população devido ao emprego informal. As estatísticas sobre renda e distribuição de renda, por sua vez, podem ser afetadas tanto pela má cobertura do emprego, como pela subdeclaração de rendimentos diversos nas faixas mais altas, seja em inquéritos junto a empresas ou a domicílios. Dependendo da grandeza dos desvios entre as estatísticas e a realidade haveria sérios riscos na avaliação do vigor e do dinamismo da economia, conduzindo eventualmente a recomendações de política econômica inadequadas.

Estudos orientados por esta ótica estatística abrangente conduziram, num curto período de tempo, a uma razoável multiplicidade de métodos de mensuração da economia informal, dos quais uma resenha recente foi feita por Siesto (1989). Ele distingue métodos diretos, indiretos e mistos.

Os métodos diretos são aqueles que se baseiam em informações obtidas junto às unidades envolvidas, ativa ou passivamente, na economia informal, seja através de levantamentos específicos (investigação da inserção do mercado de trabalho e do consumo junto às famílias, por ex.), seja através de aprofundamento analítico de informações disponíveis (auditação de declarações de renda). Os chamados métodos indiretos incluem os de análise de discrepâncias de informações, os monetários, além daqueles que se baseiam no comportamento de variável que se julgue refletir a dinâmica da economia informal. Quanto aos métodos qualificados como mistos por Siesto,⁷ trata-se apenas de recurso criterioso a métodos diretos e indiretos para obtenção de uma estimativa coerente da contribuição da economia informal.

⁷ Na verdade era questão de classificar o conjunto de técnicas complementares entre si utilizadas nos estudos desenvolvidos pelo Institut Centrale di Stastitica (ISTAT), da Itália.

Independentemente das questões de custo, os métodos diretos têm como desvantagem principal as dificuldades de generalização das evidências obtidas, o que está em larga medida associado às restrições de amostragem. Dos métodos indiretos os mais divulgados são os monetários,⁸ que têm, no entanto, sido sujeitos a críticas devido aos pressupostos simplificadores em que se baseiam.

III. CONCEITO DE INFORMAL SOB A ÓTICA "ESTATÍSTICA" (OU DE CONTABILIDADE NACIONAL)

O estabelecimento de objetivos que dependam de mensuração, tendo por base um sistema de referência claramente definido como o de contas nacionais, permite que se delimite com razoável precisão o conceito relevante de economia informal.

Para fins de contabilidade nacional, a definição relevante do setor informal segundo Blades (1982) refere-se a atividades que deveriam ser consideradas no PNB, mas que não o são porque uma ou mais das partes envolvidas na produção ou no consumo têm interesse em encobri-la. O requisito básico é a compatibilidade com o conceito de produto adotado pelo sistema de contas nacionais do país. A idéia de acobertar a atividade, qualquer que seja a razão, é o outro requisito do que o autor chama de hidden economy⁹. Este segundo critério se justifica na medida que é possível conceber atividades não registradas, relevantes do ponto de vista do PNB, mas que não se enquadrariam como "bidden" por não haver objetivo por parte dos agentes em encobri-las. Um exemplo é a produção para autoconsumo para cuja cobertura é feita imputação como procedimento de rotina em contabilidade nacional.¹⁰

A definição de Blades parece mais específica e menos dúbia que a de Tanzi (1985), que se refere a "produto nacional bruto que, por não ser

⁸Feige (1980), Tanzi (1983) e Carson (1984), utilizando diferentes variantes, fizeram estimativas por método monetário para a economia americana.

⁹Ou ainda "black" ou "underground". Como se verá mais adiante, é operacional distinguir "economia oculta" de "economia subterrânea".

¹⁰Um exemplo de particular relevância em termos de valor, especialmente em países subdesenvolvidos, é a autoconstrução, cuja imputação no PNB se baseia nos dados de consumo aparente dos materiais básicos.

declarado e/ou subdeclarado, não é medido pelas estatísticas oficiais"¹¹. Como atividades informais acabam parcialmente cobertas por estatísticas oficiais, e só uma parcela é incorporada ao PNB, porque compatível com um conjunto mais amplo de dados, não há porque vincular economia informal à ausência de registro em estatísticas oficiais. No caso brasileiro, por exemplo, tanto as PNAD's como os censos são registros privilegiados da economia informal.

Mais especificamente é relevante destacar a distinção entre economia informal e subterrânea estabelecida pelo Banco Mundial. Informal estaria vinculado ao status irregular, sem registro legal, da atividade produtiva. Como parte das atividades informais deixam vestígios, que permitem fazer imputações de suas contribuições aos agregados das Contas Nacionais, restaria uma parcela das atividades informais - as subterrâneas - "que não são consideradas para fins de contabilidade nacional"¹².

Esta noção da economia informal merece duas restrições. Primeiramente o conceito de setor informal não pode estar limitado à condição de não registro da atividade. Mesmo certas atividades registradas devem ser incluídas entre as informais, como se verá mais adiante. Do mesmo modo, existem atividades não registradas que não cabe incluir porque são não-ocultas, segundo a diferenciação estabelecida por Blades. A inclusão na economia informal de atividades destinadas ao autoconsumo, aluguel de casa própria e similares, representam, do ponto de vista da contabilidade nacional uma problemática própria, independentemente dos determinantes que fomentam a economia informal. O crivo do registro introduzido pelo Banco Mundial restringe, porém, convenientemente o âmbito conceitual do informal, tornando inadequados critérios baseados em tamanho da unidade produtiva ou características do setor de atividade. Esta evolução para um conceito inequivocamente definido de informal tem sido manifestado mesmo pela OIT, que reconhece como "critério fundamental para definir informal seu caráter de não estar regulado

¹¹Tanzi, 1985, pág. 70.

¹²Banco Mundial (1975). Lima (1985) retoma a distinção em relação ao mercado de trabalho qualificando de informal quando ocorre "ilegalidade contratual do empregado" e subterrâneo como o subconjunto das pessoas no mercado informal cuja renda não é computada pela Contabilidade Nacional.

pelas normas do Estado". (OIT, 1987, p. 10).¹³

Do ponto de vista da abordagem "estatística" é possível estabelecer os conceitos relevantes para o que é chamado genericamente - e na maioria das vezes, pouco explicitamente - de economia ou setor informal. Partindo-se do conjunto geral de atividades de produção de bens e serviços (ver Quadro I), a discriminação básica refere-se àquelas que devem ou não ser consideradas para efeito de contabilidade nacional. Os critérios utilizados para estabelecer esta distinção são principalmente ditados por recomendações internacionais que se baseiam em restrições práticas, mas visam garantir um grau razoável de comparabilidade entre agregados obtidos para diferentes países.¹⁴ Dentre as atividades excluídas estão aquelas que dão origem a bens destinados exclusivamente ao autoconsumo (exceto autoconstrução, como se verá adiante), assim como os serviços realizados em âmbito restrito, como as tarefas domésticas.

Considerando exclusivamente as atividades relevantes para o PIB, cabe estabelecer a distinção entre as não registradas e as registradas.

Atividades não registradas são obviamente aquelas que ocorrem sem que haja registro legal. Dentre elas se incluem as que denominamos não ocultas, para as quais não cabe registro, embora sua contribuição deve ser computada - geralmente via estimação indireta - nas contas nacionais. É o caso da parcela da produção mercantil destinada ao autoconsumo, da autoconstrução e do aluguel de domicílio ocupada pelo proprietário. A ausência de registro para as atividades ocultas significa ao contrário que não foi feito o registro devido - caso das atividades legais - ou que o registro não é possível por tratar-se de atividades ilegais.

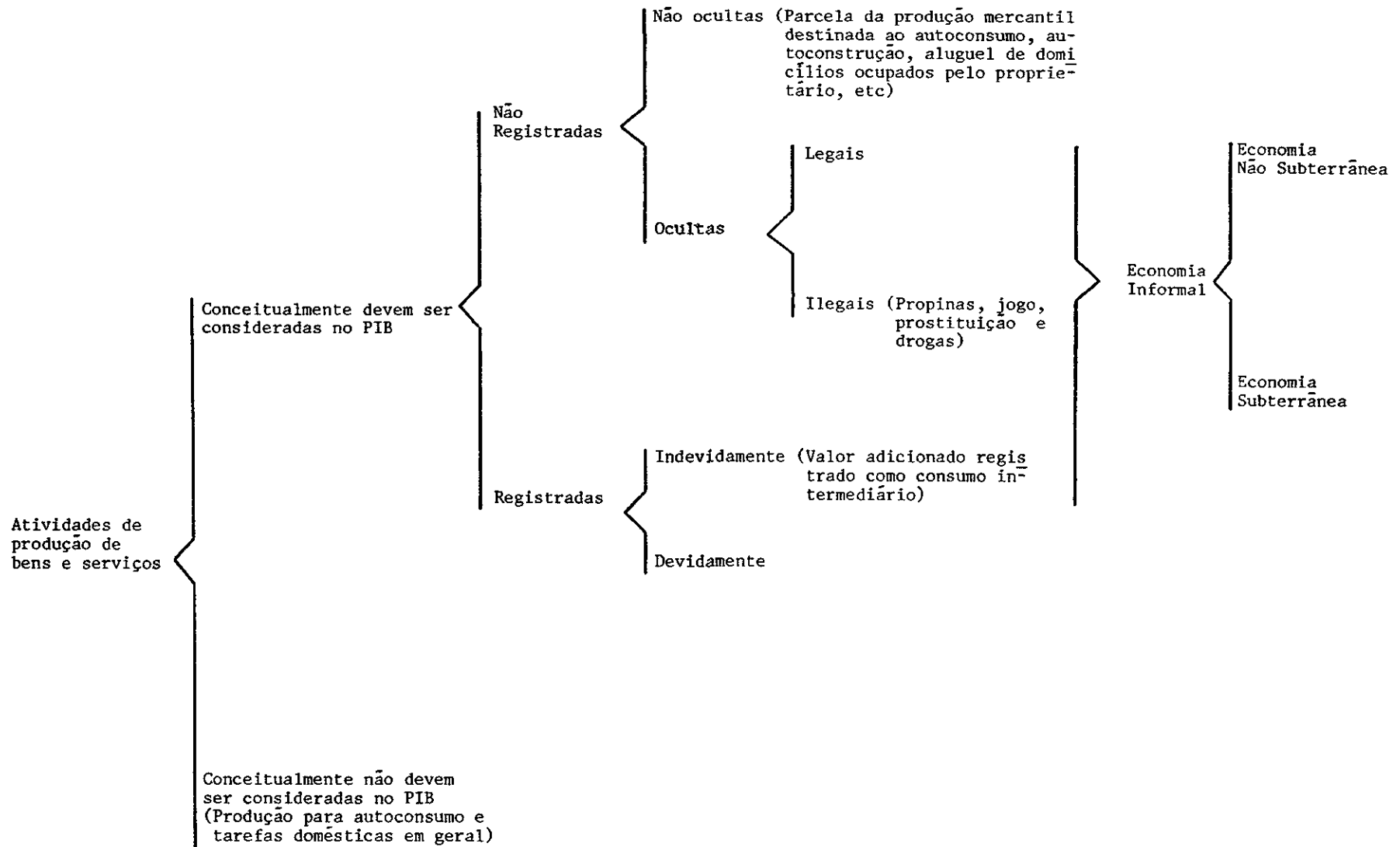
As atividades devidamente registradas podem ser qualificadas como "o

¹³No mesmo texto são introduzidas visões conflitantes e complicadoras de informal: "A característica principal da atividade informal é sua incapacidade real de dar cumprimento às normas vigentes mesmo que tivesse vontade de cumprí-las" (OIT, 1987, p. 11). É óbvio que tal caracterização torna a delimitação do informal totalmente inviável do ponto de vista empírico, além de ser desprovida de interesse para fins contábeis e fiscais.

¹⁴As definições utilizadas no sistema de contas nacionais brasileiro são apresentadas em IBGE, Brasil - Novo Sistema de Contas Nacionais - vol. 1, dez. 1988.

QUADRO I

ECONOMIA INFORMAL: CONCEITOS RELEVANTES SOB A ÓTICA ESTATÍSTICA



caso geral" para fins de contabilidade nacional. Atividades registradas indevidamente podem configurar atividades da economia informal.

A partir desta classificação, economia informal seria composta por três classes de atividades:

a) atividades não registradas ocultas legais - são as atividades geradoras de bens e serviços, que, embora perfeitamente legais, compõem a economia informal por falta do registro exigido pelo poder público. Trata-se de atividades de autônomos ou "empresas"¹⁵, incluindo tanto serviços pouco especializados de reparação, manutenção e pessoais, como serviços altamente técnicos de consultoria e projetos, além de atividades de comércio e indústria. Inclui-se, ainda, a parcela da atividade oculta de autônomos e empresas regularmente constituídas, isto é, registradas enquanto unidades produtivas. É o caso de atividades que geram receitas não declaradas de profissionais liberais, assim como a prestação de serviços e vendas feitas sem comprovação de nota fiscal, o que é referido genericamente como caixa 2. O objetivo principal é evitar o pagamento de impostos e demais encargos associados à atividade.

b) atividades não registradas ocultas ilegais - trata-se de atividades que geram propinas, além de atividades proibidas como jogo, prostituição e tráfico de drogas. Embora afetem a receita fiscal, elas não se refugiam na economia informal como meio de burlar impostos e outros encargos. Na verdade resultam primordialmente de restrições jurídicas e sócio-econômicas, e permaneceriam na informalidade mesmo na ausência total de encargos adicionais.

c) atividades registradas indevidamente - são atividades que deveriam ser consideradas como contribuindo para o PIB, mas que foram registradas como consumo intermediário, seja para reduzir a carga tributária dos beneficiários, seja porque houve apropriação indébita como consumo final ou como consumo intermediário de uma atividade legal oculta. No primeiro caso, trata-se de uma parte da despesa das empresas que reconhecidamente equivale a um pagamento "in natura", isto é, valor adicionado. São os benefícios tais como pagamento de

¹⁵ Refere-se aos sem registro e, neste sentido, "empresa" aqui, em oposição a autônomos, é a unidade produtiva onde exista empregador e pelo menos um empregado.

despesas escolares, gastos com empregados, despesas particulares de viagem e alimentação, que representam uma parcela crescente da despesa a título de remuneração do trabalho. No segundo caso trata-se do que nos Estados Unidos se convencionou chamar de "employee theft"¹⁶ que se refere tanto a insumos e mercadorias, como ao uso de infra-estrutura operacional da empresa para fins particulares do empregado.¹⁷

Estes três componentes da economia informal acabam por deixar alguns vestígios, que são tanto mais óbvios quanto maior a relação deles com atividades devidamente registradas. Neste particular, a função da contabilidade nacional é de, a partir de fontes de dados diversas, proceder a uma compatibilização crítica das informações para estabelecer o quadro mais fidedigno possível das interrelações econômicas. Através de exercícios diversos (confrontos de estatísticas, balanços uso-disponibilidades, por exemplo) são obtidas evidências para fazer inclusões por conta de parte da economia informal, que passa então a ser registrada no PIB. Estas expansões do produto, além dos valores correspondentes a atividades informais normalmente captadas pelas estatísticas de produção é o que denominamos aqui de economia não-subterrânea (ver Quadro I). A parcela restante, que não pode ser captada e que, em última instância, não é levada em conta no cálculo do PIB, é a economia subterrânea.

Fica, portanto, claro que a dificuldade central ao tratar de economia informal não é conceitual, pelo menos, quando se tem em vista um objetivo preciso. O problema principal é de mensuração, já que parcela da economia invisível não deixa vestígios ou deixa vestígios não coerentes, e por essa razão, não pode ser incluída no PIB.

Neste sentido estimativas da economia informal e da economia subterrânea se ressentem de um respaldo empírico sólido. A esse respeito cabem duas observações básicas:

- 1.) Na medida em que a mensuração da economia informal depende dos

¹⁶ Nos Estados Unidos a parcela que deveria ser estimada como renda ao invés de consumo intermediário é avaliada em 0,5% do PNB em 1976 (Blades, 1982).

¹⁷ A nível de mercadorias, o fenômeno pode ser considerado desprezível. O dispêndio associado ao uso da infra-estrutura da empresa, especialmente de telecomunicações e informática pode ser significativo.

vestígios que se encontram em diferentes informações estatísticas, oficiais ou não, o organismo responsável pela elaboração das contas nacionais é o que tem mais vocação e o que está mais equipado para transformar estes vestígios em PIB imputado.

- 2.) A economia subterrânea, entendida como a parcela da economia invisível para a qual não se têm vestígios para imputação, é, por definição, não mensurável. Progressos podem ser realizados seja pelo aperfeiçoamento do sistema estatístico, seja pela maior especialização das tarefas de levantamento de dados e compatibilização no âmbito da contabilidade nacional. Melhoria da qualidade dos dados estatísticos coletados, assim como o preenchimento de lacunas informativas conceitualmente relevantes contribuem para reduzir a participação das atividades subterrâneas no conjunto mais amplo de atividades informais.

IV. SETOR INFORMAL E CONTAS NACIONAIS - ALGUNS COMENTÁRIOS SOBRE O CASO BRASILEIRO

Os indícios de expansão, nos últimos anos, da economia informal no Brasil suscitaram uma acirrada polêmica através da imprensa no primeiro semestre de 1989. Discutia-se essencialmente um número, o percentual que as atividades ditas informais representariam em relação ao PIB, sem que se tivesse, na maioria das vezes, o necessário cuidado de explicitar o conceito empregado em cada caso. Os percentuais mais elevados chegavam a 50% do PIB¹⁸, referindo-se, aparentemente, ao valor das atividades não contabilizadas no agregado básico de contas nacionais.

Número bem mais modesto - 12,9% - foi apresentado pelo IBGE, esclarecendo-se que valores correspondentes a esse percentual obtido para o ano-base de 1980 já são levados em consideração, isto é, o PIB de 1980 já incorporou a contribuição de atividades deste tipo desde que tenha havido indícios estatísticos para isso. Assim, de um PIB estimado em CZ\$ 11,2 bilhões

¹⁸Entrevista de Nelson Barrizzelli, da Universidade de São Paulo, na Folha de São Paulo em 8/5/89. Também estimativas da assessoria econômica do Ministério do Trabalho em matéria no mesmo jornal em 30/5/89.

em 1980, CZ\$ 1,4 bilhões ou 12,9% desse total representariam expansão do produto vinculada à economia informal.

A respeito do significado desse percentual cabem aqui algumas observações de ordem geral:

a) Valores associados à economia informal como definido na Seção II não se limitam à parcela expandida do produto. Na verdade o próprio produto captado pelas estatísticas de produção inclui segmentos do setor informal, já que a existência do registro regular da unidade produtiva não é utilizado como critério de seleção nos levantamentos estatísticos. A contribuição da economia informal não-subterrânea seria então igual à parcela expandida mais a já incluída no PIB antes da expansão, da qual não se conhece a dimensão.

b) O percentual de quase 13% corresponderia à parcela da economia informal incluída no PIB total, encobrendo diferenças importantes desse percentual por setor de atividade (Tabela 1). Assim, para certos setores o percentual é desprezível ou nulo: como na agropecuária, indústria de transformação, serviços industriais de utilidade pública, transportes aéreo e ferroviário, comunicações e administração pública etc.; em outros, compreensivelmente, é bastante elevado: construção civil, transporte rodoviário, aluguéis e outros serviços tiveram cerca de um terço do produto registrado resultante de procedimento de expansão do produto declarado.

c) O percentual de 13% não se refere apenas à economia informal, como definida aqui, mas também a valores relativos a "atividades não-ocultas" (ver Quadro I), que são objeto de imputação como procedimento de rotina em contas nacionais. Assim, por exemplo, a inclusão de 36% do PIB da construção civil a partir das informações de consumo dos principais materiais está associada a dois componentes conceitualmente distintos: por um lado, autoconstrução que não faz parte da economia informal, por outro lado, atividades ocultas de construção civil, que são componentes da economia informal. Uma vez que a informação de consumo aparente de materiais de construção, fonte privilegiada para estimação do produto da indústria de construção, não permite diferenciar a utilização do produto, é inevitável considerar o percentual de forma agregada. Conceitualmente, porém, os valores correspondentes à economia invisível no PIB da construção civil são inferiores - embora não se saiba em quanto - ao total de 36%. No que concerne ao item aluguéis, no entanto, o

Tabela 1

EXPANSÃO DO PIB (SISTEMA CONSOLIDADO)
SEGUNDO SETOR DE ATIVIDADE - 1980

Setor de Atividade	Valor do Produto total (Cz\$ 1000)	Valor Expandido (Cz\$ 1000)	Parcela Imputada (%)
TOTAL	11166087	1444502	12.9
Agropecuária	1137890	22180	1.9
Indústria	4072714	417185	10.2
Extrativa mineral	238782	53550	22.4
Transformação	2811574	65675	2.3
Construção civil	829689	297960	35.9
Serviços de utilidade pública	192669	-	0.0
Terciário	5955483	1005137	16.9
Comércio	1237763	151122	12.2
Transportes	492295	147705	30.0
Aéreo	39165	-	0.0
Ferroviário	16758	-	0.0
Hidroviário	45456	6327	13.9
Rodoviário	390916	140378	35.9
Comunicações	98485	-	0.0
Financeiras	974062	8259	0.8
Administração pública	989211	-	0.0
Aluguéis	927198	297569	32.1
Outros Serviços	1236469	401482	32.5

Fonte: IBGE.

valor se refere exclusivamente à imputação do aluguel de imóveis residenciais ocupados pelos próprios proprietários, o que não se enquadra como economia informal. Para se ter uma aproximação do valor da expansão do produto relativa à economia informal como percentual do PIB, conforme a conceituação explicitada na Seção II, seria razoável deduzir 50% da expansão associada à construção civil, por conta da autoconstrução, além da expansão total de aluguéis. O total expandido passaria a CZ\$ 997,953 bilhões ou 8,9% do PIB de 1980.

d) As expansões do produto não implicam que tenha sido possível realizar a cobertura total da economia informal em cada setor. Os valores acrescidos referem-se apenas à economia não-subterrânea (ver Quadro I), além de parcela relativa a atividades não ocultas, como se viu em c). Assim, a ausência de expansão do produto referente a transporte aéreo, por exemplo, não significa que não haja atividade informal neste setor. O intenso tráfego de pequenas aeronaves nas Regiões Norte e Centro-Oeste faz crer o contrário, embora não se disponham de dados que permitam fazer qualquer avaliação além da relativa aos serviços regularmente organizados e registrados junto ao DAC.

e) Os percentuais referentes à expansão do produto em 1980 não são aplicáveis aos valores do produto calculados para os anos subseqüentes por duas razões básicas. A primeira implicaria supor que a participação percentual da economia informal por setor se manteria constante ao longo do tempo, isto é, que se a participação do informal no setor rodoviário era de 36% em 1980, esta proporção será mantida qualquer que sejam as características de evolução do produto desta atividade ou os impactos sobre ele de alterações conjunturais e estruturais da economia informal. Na verdade, a discussão sobre economia informal está centrada - explicitamente ou não - na questão da evolução desses percentuais, de modo que considerá-los constantes por hipótese é uma opção tanto mais inadequada quanto mais longo o período e mais marcadas as transformações da economia em relação ao ano-base. A segunda condição necessária à aplicação do percentual seria a manutenção das participações setoriais no PIB, isto é, todos os setores teriam que evoluir a taxas idênticas ao longo do período, o que naturalmente não ocorre (Tabela 2). Note-se, a esse respeito, que os percentuais de expansão foram obtidos a partir das estimativas do PIB do sistema consolidado, que apresenta diferenças da participação setorial em relação ao vetor do PIB da série anual.

Tabela 2
PARTICIPAÇÃO SETORIAL NO PIB
A CUSTO DE FATORES - 1980 E 1987

Setor de Atividade	1980(a)	1980(b)	1987
Agropecuária	10.19	10.20	7.73
Indústria	36.47	40.58	38.56
Extrativa mineral	2.14	1.04	1.95
Transformação	25.18	31.01	26.46
Construção civil	7.43	6.73	7.34
Serviços de utilidade pública	1.73	1.80	2.81
Terciário	53.34	49.22	53.71
Comércio	11.09	11.00	8.43
Transportes	4.41	3.80	3.31
Aéreo	0.35	0.25	0.29
Ferroviário	0.15	0.41	0.31
Hidroviário	0.41	0.09	0.17
Rodoviário	3.50	3.05	2.54
Comunicações	0.88	0.92	0.87
Financeiras	8.72	7.91	13.16
Administração pública	8.86	6.47	7.23
Aluguéis	8.30	6.84	8.83
Outros serviços	11.07	12.27	11.89
TOTAL	100.00	100.00	100.00

N.B - Para 1980, o vetor(a) refere-se ao sistema consolidado, que deu origem aos percentuais de expansão do PIB apresentados na Tabela 1. O vetor(b), como o de 1987, faz parte das séries divulgadas em IBGE, "Contas Nacionais Consolidadas - Estimativas para 1988, atualização para 1987, revisão da série para 1970-1986", 1989.

A realização da expansão do produto para 1980 se deveu à melhor disponibilidade de estatísticas para aquele ano, em função da coincidência dos censos demográfico e econômico que fornecem a base estatística necessária. O procedimento de expansão se processa em três etapas¹⁹:

- 1.) Confronto entre os dados de pessoal ocupado do Censo Demográfico e do Censo Industrial a partir do estabelecimento de correspondência entre as classificações de atividades nas duas fontes a nível de gênero industrial. A discrepância global obtida foi de 1,3 milhões de pessoas, 23% a mais no Censo Demográfico do que o Industrial.
- 2.) Análise de eventuais desequilíbrios nos balanços uso-disponibilidade de produtos vinculados a gêneros industriais específicos, visando justificar, em parte ou na totalidade, a discrepância do número de pessoas ocupadas segundo as fontes alternativas, verificada na fase anterior.
- 3.) Expansão do valor da produção, com base em evidências obtidas em 1.) e 2.) e no trabalho de compatibilização.

À guisa de exemplo, pode ser citado o gênero mobiliário, para o qual o pessoal ocupado segundo o Censo Demográfico era cerca de 80% superior (120 mil pessoas a mais) à informação correspondente obtida do Censo Industrial. O balanço uso-disponibilidade de madeira evidenciou sobra de matéria-prima, o que forneceu o respaldo necessário a uma expansão de 15% do valor de produção relativo à fabricação de móveis de madeira²⁰.

O procedimento descrito é evidentemente trabalhoso e complexo, mas operacionalmente sua característica principal é utilizar uma abordagem globalizante do sistema produtivo. Isto é, na medida em que discrepâncias existentes são comparadas não só por setor, mas levando em consideração as interdependências entre eles, o procedimento de expansão é o resultado do

¹⁹ O procedimento descrito refere-se às atividades industriais, para as quais existem relativamente menos problemas quanto à compatibilidade da classificação de atividades do Censo Demográfico e do Censo Industrial.

²⁰ Fabricação de móveis de madeira é uma das atividades do gênero industrial madeira, da classe indústria de transformação, que é apresentada agregadamente nas tabelas do texto.

trabalho com base num quadro de referência amplo. Não se trata, portanto, de um procedimento que possa ser utilizado de forma limitada para a expansão do produto de um setor produtivo isoladamente.

Além das dificuldades relacionadas à escala e complexidade intrínsecas ao procedimento, o confronto das informações demográficas e econômicas relativas à ocupação, que lhe serve como ponto de partida, encontra alguns problemas, a saber:

a) A informação de ocupação do Censo Demográfico apresenta vieses devido às dificuldades para o informante de fornecer a classificação adequada de sua ocupação e setor de atividade. Problemas ocorrem, principalmente quando não há coincidência entre setor de atividade do empregador e setor onde o empregado exerce a sua atividade (ou local de trabalho). Nestes casos a informação do Censo Demográfico tanto pode refletir de forma adequada a realidade produtiva mal captada pelo Censo Econômico, como pode, ao contrário, representar um erro de avaliação do declarante, quando a informação dos Censos Econômicos estaria correntemente registrada²¹. Deste modo não pode ser atribuída primazia irrestrita ao dado oriundo do Censo Demográfico²².

b) Como em qualquer levantamento estatístico, a renda no Censo Demográfico tende a ser subdeclarada, sendo que os desvios mais acentuados ocorrem justamente em relação às atividades informais que se deseja detectar. Reconhecidamente estes problemas de fidedignidade da informação são mais sensíveis no Censo do que nas PNAD's em função da escala do levantamento, e, em particular, da melhor qualificação dos entrevistadores nestas últimas. A necessidade de confronto entre informações demográficas e econômicas no ano 0²³ como procedimento básico obriga, no entanto, ao recurso ao dado de renda mais

²¹ Este problema ocorre frequentemente em relação às atividades de prestação de serviço. Assim, quando uma firma de engenharia fornece pessoal para trabalhar numa mina de calcáreo, é desejável - e ocorre com frequência - que o pessoal se declare no Censo Demográfico como ocupado em indústria de extração e não em serviços de engenharia, como no Censo Econômico. Neste caso, a primazia do local de trabalho é adequada para fins de contabilidade nacional. No caso de serviços de limpeza, no entanto, não é desejável que o pessoal ocupado se classifique segundo o setor de atividade do local onde realizam o serviço, e, neste caso, o setor de atividade de empregador tem primazia para efeitos de classificação setorial do produto.

²² A PNAD não é realizada no ano censitário.

²³ Trata-se, neste caso, de um problema de informação independente de objetivo do declarante em ocultar o dado correto.

imperfeito do Censo ao invés do das pesquisas anuais. Neste sentido, o valor da expansão do produto é afetado pela subestimação dos rendimentos médios derivados do Censo Demográfico.

A expansão do PIB relativo a certos subsetores de serviços é especialmente difícil tanto pelas razões já apontadas, como pela ausência de vestígios físicos do produto. Eventuais subdeclarações nos censos demográfico e econômico não podem ser corrigidos via balanços uso-disponibilidade: na verdade insumos utilizados na prestação do serviço poderiam alternativamente ter sido utilizados pela demanda final. Assim, embora a parcela imputada a "outros serviços" seja equivalente a 1/3 do PIB desse conjunto de setores, é possível que larga parcela tenha permanecido despercebida devido às características da produção e do consumo do produto gerado.

d) Atividades ilegais, e os rendimentos correspondentes, tendem a não ser declarados no Censo Demográfico. Embora a parcela socialmente aceita de atividades ilegais - como o dos empregados do jogo de bicho - já possam ser captadas via Censo, restam importantes áreas ocultas que, por suas características, não seriam captadas nem mesmo por uma fonte estatística privilegiada, como uma pesquisa de orçamentos familiares. Essas dificuldades de mensuração, assim como considerações sobre a incoerência de que atividades ilegais ou criminosas possam contribuir para o produto nacional, levaram alguns países, mas não o Brasil, a não incluir essas atividades no PIB. Esta postura conceitual elimina a questão da mensuração de uma das três parcelas da economia invisível do Quadro I, ao mesmo tempo que exclui das contas nacionais toda uma gama de operações alimentadas por rendimentos ilegais.

V. REQUISITOS ESTATÍSTICOS PARA ESTIMAÇÃO DA ECONOMIA INFORMAL

Reconhecidamente pesquisas de orçamentos familiares fornecem através da estrutura de despesas um quadro mais fidedigno da renda gerada e da composição do produto do que os obtidos respectivamente por levantamentos que investiguem diretamente a renda ou por inquéritos econômicos²⁴. Sintomaticamente o confronto entre renda e despesa, tanto a nível agregado como a nível de

²⁴Para uma descrição do uso da estrutura de despesas para estimação da economia informal da Inglaterra, ver Macafee (1980).

unidades consumidoras, tende a revelar despesa superior à renda, o que significaria, muitas vezes, subestimação das rendas, internacionalmente ou não, por parte dos declarantes. No que concerne à estimação do valor da economia informal, as pesquisas de orçamentos familiares são especialmente úteis por fornecer uma decomposição detalhada das despesas com serviços, preenchendo uma lacuna das informações estatísticas obtidas junto à própria atividade. A informação é especialmente confiável em relação às "atividades ocultas legais" (Quadro I), por não haver razões, jurídicas ou morais, de omissão da despesa por parte do consumidor. O mesmo não pode ser dito das atividades ilegais, que acabam sendo omitidas total ou parcialmente também pelos consumidores.

No Brasil as pesquisas de orçamentos familiares se realizam de forma esporádica, sem ter a regularidade e abrangência indispensáveis para servir como instrumento básico de contabilidade nacional²⁵. Em função dos custos envolvidos, é inviável, a curto ou a médio prazo, a implantação de uma pesquisa anual com as características necessárias, de modo que a melhor fonte para estimação da economia informal em bases contínuas está excluída.

A inviabilidade da abordagem pela ótica das despesas faz com que o confronto renda versus produto o procedimento mais abrangente para estimar a contribuição da economia informal. No entanto, as deficiências de estatísticas econômicas contínuas, especialmente comércio e serviços, que, coincidentemente, têm importância preponderante na economia informal, tornam inviável a estimação ano a ano. Com a atual configuração do sistema estatístico, o confronto renda versus produto só é realizável nos anos 0 ou 5, para os quais se dispõem dos dados econômicos censitários.

A dependência dos censos econômicos resulta em estimação da economia informal temporalmente defasada. Atualmente, no final de 1989, o que se dispõe é a configuração de 1980. Como os dados censitários de 1985 terão sido processado provavelmente até o final deste ano, os valores do PIB do sistema consolidado, que incluem a expansão referente à economia informal, apresentarão, uma defasagem de mais de cinco anos em relação à data de

²⁵ Trata-se aqui de pesquisa oficial de cobertura nacional. O ENDEF foi realizado em 1974/1975; a POF recente, como objetivo primordial de atualização da estrutura de ponderação dos índices de preços, teve a amostra limitada às Regiões Metropolitanas.

referência.²⁶

Tecnicamente a utilização do confronto renda versus produto para a estimação em bases anuais esbarra na ausência de pesquisas das atividades de comércio e serviços. No caso, trata-se não somente de criar para esses setores estatísticas contínuas - atualmente inexistentes com caráter oficial e abrangência nacional -, mas resolver de modo satisfatório a questão da cobertura de atividades caracterizadas por alto grau de instabilidade²⁷. Há de se reconhecer, no entanto, que devido às próprias características do produto gerado e de funcionamento destes setores, a ótica do produto tende a subestimar de forma sensível o seu desempenho, o que se vincula especificamente à contribuição da economia informal que se deseja medir.

Neste sentido, os subsídios obtidos junto às famílias no que se refere às características da atividade produtiva desenvolvida e rendimentos percebidos acabam por se tornar a fonte privilegiada, embora não livre de imprecisões e subestimação como já se viu. O detalhamento introduzido na PNAD 1989 em relação à caracterização dos diversos trabalhos vai no sentido de fornecer um quadro mais preciso dos "trabalhos secundários", cuja inserção na economia informal tende a ser elevada.

Mesmo que quesitos adicionais relativos às ocupações, sejam incorporados à investigação básica da PNAD²⁸, permanece a tarefa de identificar vestígios estatísticos que permitam compatibilização mais ampla, indispensável para dar embasamento à expansão do produto nas Contas Nacionais. É possível conceber, no entanto, que a pesquisa domiciliar possa fornecer diretamente subsídios para uma estimação mais ágil da variação do setor informal.

²⁶No caso, o confronto tomaria por base dados da PNAD e dos Censos Econômicos.

²⁷Tendo em vista os baixos requisitos de especialização da mão-de-obra e de capital em parte ponderável destas atividades, há facilidade de entrada e saída no mercado, assim como de expansão e retração dos empreendimentos já estabelecidos como resposta às oscilações econômicas conjunturais.

²⁸O detalhamento referido é feito em questionário suplementar da PNAD 89.

VI. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BEINER, Bernhard. A economia invisível: um survey. Literatura Econômica, Rio de Janeiro, V. 11, n. 1, p. 3-12, fev. 1989.
- BLADES, Derek. The hidden economy. Paris: OECD, June 1982. (Occasional Studies)
- CALABI, Andrea Sandro, ZAGHEN, Paolo Enrico. Segmentação do mercado de trabalho, mobilidade e rotatividade: revisão teórica e evidências empíricas preliminares. São Paulo: FIPE, nov. 1976.
- CARSON, C.S. The underground economy: an introduction. Survey of Current Business, v. 64, n. 5, p. 21-37, May 1984.
- FEIGE, E. A new perspective on macroeconomic phenomena. The theory and measurement of the unobserved sector for the United States economy: causes, consequences and implications. American Economic Association, Annual Meeting, 1980.
- HART, K. Informal income opportunities and urban employment in Ghana. The Journal of Modern African Studies, V. 1, 1973.
- IBRE. A força da economia submersa. Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, V. 43, n. 6, p. 9-12, Jun. 1989.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTADISTICA Y CENSOS. PRODIBA: Estrategia de Servicios Basicos Integrados como Alternativa de Política Social. Boletim Informativo, Buenos Aires, n.3, jul. 1988.
- LIMA, Beatriz Melo Flores de. Criptoeconomia ou economia subterrânea. Rio de Janeiro: FGV/IBRE, jan. 1985, (Estudos Especiais, 5).
- MERRICK, Thomas. Employment and earnings in the informal sector in Brazil: the case of Belo Horizonte. The Journal of Developing Areas, V. 10, n. 3, p. 337-353, Apr. 1976.

OECD. Economic Outlook; occasional studies. Paris, June 1982.

OIT. Employment, incomes and equality. A strategy for increasing productive employment in Kenya. Ginebra: OIT, 1972.

OIT/PREALC. El sector informal hoy: el imperativo de actuar. Santiago: PREALC, dic. 1987.

OIT/PREALC. El sector informal en Centroamerica. Algunas experiencias en proyectos, programas y políticas de apoyo. Ginebra: OIT, 1985 (Investigaciones sobre empleo, 27).

RACZYNSKI, Dagmar. El sector informal urbano: interrogantes e controversias. Santiago: OIT/PREALC, 1977.

SIESTO, Vincenzo. Mensuring the hidden economy. Rome: Central Statistical Institute, 1989, mimeo.

TANZI, Vito. Underground economy and tax evasion in the United States: estimates and implications. In: Tanzi, V. (editor). The underground economy in the United States and abroad. Toronto: Lexington Books, 1982.

TANZI, Vito. The Underground economy in the United States: Annual estimates, 1930-1980. IMF, Staff Papers, Washington, V. 30, n. 2, p. 283-305, June 1983.

TOKMAN, E. Víctor. El sector informal: quinze años despues. OIT/PREALC, dic. 1987. Documentos de trabalho, 316.

VILLAVICENCIO, J. Sector Informal y población marginal. In: Seminario Internacional sobre el Empleo en el Sector Informal Urbano en America Latina. Caracas, mayo, 1976.

WEBB, Richard. The urban traditional sector in Peru. IBRD, 1975, mimeo.

TEXTOS PARA DISCUSSÃO INTERNA

EDITADOS A PARTIR DE 1988

- Nº130-"A Sensibilidade das Medidas de Desigualdade à Padronização da Jornada de Trabalho", Ricardo Paes de Barros, Janeiro 1988, 28 p.
- Nº131-"Influência das Paridades Cambiais sobre a Dívida Externa: O Caso Brasileiro - 1983/86", Fabio Giambiagi, Janeiro 1988, 23 p.
- Nº132-"O (Des) controle do Endividamento de Estados e Municípios - Análise Crítica das Normas Vigentes e Propostas de Reforma", Fernando Rezende e José R. Afonso, Janeiro 1988, 75 p.
- Nº133-"O Efeito-Tanzi" e o Imposto de Renda da Pessoa Física: Um Caso de Indexação Imperfeita", Fabio Giambiagi, Março 1988, 17 p.
- Nº134-"Estimação e Resultados do MOPSE - Modelo para Projeções do Setor Externo", Sandra M. Polónia Rios, Regis Bonelli, Eustáquio J. Reis, Março 1988, 86 p.
- Nº135-"Investimento em Capital Fixo na Economia Brasileira: Estimativas Trimestrais para o Período 1975/87", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1988, 23 p.
- Nº136-"Os Investimentos Governamentais na Infra-Estrutura Social: O Caso do FINSOCIAL", Bernhard Beiner, Abril 1988, 27 p.
- Nº137-"Testes de Exogeneidade da Moeda para a Economia Brasileira", Pedro L. Valls Pereira e João Luiz Mascolo, Maio 1988, 22 p.
- Nº138-"A Receita Fiscal no Brasil: 1982/87 - Análise do Comportamento da Arrecadação Global e da sua Composição", Fabio Giambiagi, Maio 1988, 18p.
- Nº139-"O Brasil e a Atual Rodada de Negociações do GATT", José Tavares de Araujo Jr, Maio 1988, 21 p.
- Nº140-"Produtividade e Vantagens Comparativas Dinâmicas na Indústria

Brasileira: 1970/83", Helson C. Braga e Ernani Hickmann, Junho 1988, 23p.

Nº141-"Dívidas e Déficits: Projeções para o Médio Prazo", E. J. Reis, R. Bonelli e S. M. Polónia Rios, Junho 1988, 45 p.

Nº142-"Importação de Tecnologia e Esforço Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise de seus Fatores Determinantes", Helson C. Braga e Larry N. Willmore, Junho 1988, 32 p.

Nº143-"Estimativas de Preços Econômicos no Brasil", Ronaldo Serôa da Motta, Junho 1988, 18 p.

Nº144-"Migrações Interestaduais no Brasil, 1950/80", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 55 p.

Nº145-"Distribuição de Renda: Evolução no Último Quarto de Século", Regis Bonelli e Guilherme Sedlacek, Junho 1988, 23 p.

Nº146-"Cenários Demográficos Regionais até 2005", Manoel Augusto Costa, Junho 1988, 38 p.

Nº147-"Demanda Derivada de Energia no Transporte de Passageiro", Newton de Castro, Julho 1988, 41 p.

Nº148-"Mobilidade entre Classes de Renda no Brasil", Manoel Augusto Costa, Julho 1988, 50 p.

Nº149-"Uma Análise Comparativa de Alguns Resultados do Suplemento Previdência da PNAD-83 e Dados da DATAPREV", Kaizô Iwakami Beltrão e Francisco Eduardo Barreto de Oliveira, Julho 1988, 36 p.

Nº150-"Os Conceitos de Custo da Dívida Mobiliária Federal e Déficit Operacional do Setor Público: Uma Crítica", Fabio Giambiagi, Julho 1988, 18 p.

Nº151-"Linkages and Economic Development: the Case of Brazil Reconsidered", Benedict J. Clements e José W. Rossi, Agosto 1988, 22 p.

- Nº152-"On the Empirical Content of the Formal-Informal Labor Market Segmentation Hypothesis", Ricardo Paes de Barros, Agosto 1988, 50 p.
- Nº153-"Estabelecimento e Comparação de Linhas de Pobreza para o Brasil", Sonia Rocha, Setembro 1988, 41 p.
- Nº154-"Trend, Seasonality and Seasonal Adjustment", A.C.Harvey e Pedro L. Valls Pereira, Setembro 1988, 50 p.
- Nº155-"Decomposição dos Efeitos de Intensidade Energética no Setor Industrial Brasileiro", Ronaldo Serôa da Motta e João Lizardo de Araújo, Outubro 1988, 22 p.
- Nº156-"As Desigualdades Inter-Regionais de Desenvolvimento Econômico no Brasil", Thompson Almeida Andrade, Outubro 1988, 29 p.
- Nº157-"Produtividade Total dos Fatores de Produção na Indústria Brasileira: Mensuração e Decomposição de sua Taxa de Crescimento", Helson C. Braga e José W. Rossi, Novembro 1988, 36 p.
- Nº158-"Notas Sobre a Relação entre a Inflação, o 13º Salário e o Déficit Público", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 14 p.
- Nº159-"Alta Inflação e Fronteira de Estabilidade: Um Modelo para a Análise de Trajetórias Explosivas da Inflação", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 32 p.
- Nº160-"Indexação e Reajuste Salarial: Uma Alternativa para Lidar com o Problema da Defasagem", Fabio Giambiagi, Dezembro 1988, 17 p.
- Nº161-"Previsão do Nível e Ciclo da Produção Industrial", Ricardo Markwald, Ajax R. B. Moreira e Pedro L. Valls Pereira, Dezembro 1988, 43 p.
- Nº162-"Desempenho Tecnológico da Indústria Brasileira: Uma Análise Exploratória", Helson C. Braga e Virene Matesco, Fevereiro 1989, 37 p.
- Nº163-"Relação Capital-Produto Incremental: Estimativas para o Período 1948/1987", Armando Castelar Pinheiro e Virene Matesco, Março 1989, 53 p.

- Nº164-"Família e Distribuição de Renda: O Impacto da Participação das Esposas no Mercado de Trabalho", Ricardo Paes de Barros e Rosane S. Pinto de Mendonça, Março 1989, 29 p.
- Nº165-"A Dinâmica da Dívida Externa: Algumas Simulações para o Brasil", José W. Rossi, Maio 1989, 20 p.
- Nº166-"Incidência de Pobreza nas Regiões Metropolitanas na Primeira Metade da Década de 80", Sonia Rocha, Agosto 1989, 29 p.
- Nº167-"Cálculo do Valor de Pico dos Salários num Contexto de Alongamento do Período de Reajuste", Fabio Giambiagi, Agosto 1989, 16 p.
- Nº168-"Comportamento dos Agregados e Multiplicadores Monetários no Brasil", José W. Rossi, Agosto 1989, 20 p.
- Nº169-"Financiamento do Déficit Público e Inflação: Um Modelo para o Caso Brasileiro", Fabio Giambiagi e Pedro Luiz Valls Pereira, Agosto 1989, 35 p.
- Nº170-"Inflação e Ativos Financeiros no Brasil: Uma Aplicação da Técnica de Auto-Regressões Vetoriais", Elcyon Caiado Rocha Lima, Agosto 1989, 38p.
- Nº171-"Efeitos da Nova Constituição e das Propostas de Nova Legislação na Seguridade Social", Francisco Oliveira e Kaizô I. Beltrão, Agosto 1989, 54 p.
- Nº172-"Size and Functional Income Distribution in Brazil: Some Puzzles", Benedict J. Clements, Agosto 1989, 15 p.
- Nº173-"Segmentação e Mobilidade no Mercado de Trabalho Brasileiro: Uma Análise da Área Metropolitana de São Paulo", Guilherme Luis Sedlacek, Ricardo Paes de Barros e Simone Varandas, Agosto 1989, 20 p.
- Nº174-"Crescimento Econômico: Financiamento e Redistribuição", Ajax B. Moreira, Outubro 1989, 64 p.
- Nº175-"Temporal Stability of Regional Wage Differentials in Brazil", William

- D. Savedoff, Outubro 1989, 17 p.
- Nº176-"Regional Wage Differences and Segmentation in Brazil's Urban Labor Markets", William D. Savedoff, Outubro 1989, 35 p.
- Nº177-"A Política Monetária de um Plano de Estabilização: Uma Agenda para Reflexão", Fabio Giambiagi, Novembro 1989, 18 p.
- Nº178-"Um Estudo da Evolução das Diferenças Regionais da Desigualdade no Brasil", José Guilherme Almeida Reis e Ricardo Paes de Barros, Dezembro, 1989, 67 p.
- Nº179-"Renegociação da Dívida Externa: Uma Avaliação do Impacto Sobre a Capacidade de Crescimento da Economia Brasileira", Fabio Giambiagi e Vagner Ardeo, Dezembro 1989, 41 p.
- Nº180-"Mobilidade Urbana e Rural entre Classes de Renda no Brasil", Manoel A. Costa, Dezembro 1989

O INPES edita ainda as seguintes publicações: Pesquisa e Planejamento Económico; Literatura Económica; Coleção Relatórios de Pesquisa; Série Monográfica; Série PNPE; Série Estudos de Política Industrial e Comércio Exterior (EPICO); Relatório Interno; Boletim Conjuntural; Série Estudos sobre Economia do Setor Público (ESEP); Série Fac-Símile; Informe Técnico INPES e Carta de Conjuntura.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)